

Solução para Portugal: fazer mais com os portugueses.

Ricardo Reis

Capítulo 3.8 no livro “Portugal e o Futuro: Homenagem a Ernâni Lopes”

Se uma nação é uma história, uma cultura, e um grupo de pessoas, então Portugal e o seu povo têm razões para sentir orgulho. A nossa história está recheada de façanhas e distinções, a nossa cultura é única depois de séculos de luta para manter a independência, e os nossos cidadãos distinguem-se nos mais variados campos pelo mundo fora. Um feliz exemplo era Ernâni Lopes, um profundo conhecedor da nossa história, um orgulhoso português, e uma pessoa de qualidades e méritos exemplares. Honrar Ernâni Lopes é, por isso, também honrar a nação portuguesa.

Em 2011, os portugueses estão apreensivos. Isto apesar de terem um nível de vida maior do que sempre e de a sua riqueza ter aumentado em relação à Europa a um dos ritmos mais rápidos de sempre. Apesar também de viverem numa democracia estável, na qual podem pensar, falar, e fazer com uma liberdade que nunca tiveram antes. E, por fim, apesar ainda de serem membros de direito de uma União Europeia, não terem receio de guerra iminente, e poderem viajar em paz por quase todo o mundo.

A apreensão resulta antes de uma década terrível para Portugal. Entre 2000 e 2010, o PIB real per capita de Portugal cresceu cerca de 2,2%. Essa seria uma taxa de crescimento anual razoável para Portugal, ou qualquer outro país no mundo, perto da média obtida nos países desenvolvidos durante o século XX. Mas 2,2% não foi a média anual. Foi o crescimento **total** durante estes 10 anos.

Para pôr este número em perspectiva, o Japão, entre 1992 e 2002, viveu uma estagnação económica quase sem par no mundo desenvolvido. Nunca no pós-guerra tinha um país tão rico passado tantos anos com tão pouco crescimento. Logo surgiram inúmeras questões e teorias e até uma designação própria: a "Década Perdida". Neste período, o Japão cresceu 5,7%, bem mais do que Portugal nos últimos dez anos.

Outro cataclismo económico, tão marcante que levou ao nascimento da macroeconomia, foi a "Grande Depressão" americana que começou em 1929. Em 1939, a economia americana

tinha crescido 2,1%, quase o mesmo que Portugal. Que eu saiba, ainda nenhum comentador ou historiador inventou uma boa expressão para caracterizar o começo do século XXI em Portugal, mas tenho poucas dúvidas que o termo adequado vira. Esta última década ficará na história económica portuguesa como uma das mais negras pelas quais passámos.

Embora o objectivo deste ensaio seja olhar para a frente, é difícil fazê-lo sem enfrentar, nem que levemente, duas questões de partida: Porque é Portugal mais pobre do que os seus vizinhos europeus? O que falhou nesta última década? Depois de encontrarmos algumas pistas sobre as respostas a estas duas perguntas, podemos então passar às soluções propostas neste ensaio.

Porque somos pobres?

Um bom indicador da riqueza de um povo é o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Ele mede o rendimento total gerado num país durante um ano, dividido pelo número de habitantes. Da mesma forma que uma medida razoável da riqueza de uma família é a soma do rendimento de todos, dividida pelo número de membros, o PIB per capita é o número mais natural para medir a riqueza de um povo. Riqueza não é felicidade, mas esta medida tem uma correlação forte com indicadores de saúde, liberdade, literacia, e até mesmo com as resposta aos inquéritos: "Quão feliz é você de 1 a 10?" O PIB per capita tem também muitos defeitos, mas continua a ser a melhor medida disponível.

A primeira linha da tabela 1 tem o nível do nosso PIB per capita em 2000 em relação a dois países europeus próximos do nosso nível de desenvolvimento, a Grécia e a Espanha, e em relação a dois países mais desenvolvidos, a Alemanha e os Estados Unidos. Os gregos eram em 2000, 10% mais ricos do que os portugueses, enquanto a nossa distância para Espanha era de 32%. Por cada euro que os portugueses produziram nesse ano, os alemães produziram 1,62 euros, enquanto os americanos tinham mais do dobro da nossa riqueza.

Dinheiro não é poder de compra. Embora os portugueses sejam mais pobres que os alemães, talvez os bens que compramos sejam mais baratos. A segunda linha da tabela investiga esta possibilidade, ajustando o nível de riqueza de cada país para ter em conta o respectivo nível dos preços. Este ajustamento tem o termo técnico de "paridade de poder de compra" e consiste em aumentar o nível de riqueza de um país na proporção em que os bens sejam mais baratos

nesse país. Com a leitura da tabela aprendemos que mesmo com ajustamento, o custo de vida em Portugal é sensivelmente o mesmo que nos outros países em consideração.

Tabela 1: O atraso económico português

Indicador	Grécia	Espanha	Alemanha	EUA
PIB per capita	10%	32%	62%	106%
PIB per capita ajustado ao poder de compra (PPP)	12%	33%	61%	104%
Trabalhadores per capita	-18%	-12%	-6%	-1%
Horas por trabalhador	-26%	-11%	-8%	26%
Produto por hora	83%	65%	92%	63%

Nota: Cada entrada mostra o atraso de Portugal em relação a outro país numa categoria. Números negativos implicam que Portugal está à frente neste indicador.

Outra explicação simples para o nosso atraso seria os portugueses trabalharem menos do que os cidadãos dos outros países. As duas linhas seguintes da mesma tabela investigam esta hipótese. O PIB per capita é igual à multiplicação de três termos: (i) o número de trabalhadores per capita, (ii) o número de horas por trabalhador, e (iii) o produto por hora de trabalho. Os dois primeiros factores permitem ver se Portugal é pobre porque poucos portugueses trabalham, ou porque trabalham poucas horas. Os dados dizem claramente que qualquer uma destas duas possibilidades está errada. Primeiro, uma maior fração da nossa população está empregue do que em qualquer dos quatro países em comparação. Portugal em 2000 ainda tinha uma taxa de desemprego baixa, assim como uma população relativamente jovem e saudável. Segundo, só os americanos nos batem em horas de trabalho, e os portugueses trabalham mais de um terço do que trabalham os gregos.

Chegamos por isso à última linha da tabela com o mistério da pobreza portuguesa intacto. Pior, o puzzle aprofundou-se: por hora de trabalho, geramos muito menos riqueza do que qualquer dos outros quatro países.

A tabela 2 continua a busca das causas do atraso português. Aqui, separa-se o produto português por hora em três componentes: capital físico, capital humano e produtividade. (Para os leitores mais curiosos, o apêndice do capítulo explica as fórmulas usadas nesta decomposição).

Para perceber esta decomposição, pense no que determina aquilo que você consegue produzir na sua profissão numa hora. Por um lado, com certeza que precisa de equipamento, incluindo o edifício em que trabalha, as máquinas que usa, ou o meio de transporte que usou para chegar ao local. A tabela 2 mostra que em Portugal, há tanto deste capital físico como nos países da comparação. Não está aqui também a explicação para a pobreza de Portugal. Tendo em conta o que produzimos, a quantidade de capital usado não parece desadequada.

Tabela 2: As causas imediatas do atraso português

Indicador	Grécia	Espanha	Alemanha	EUA
Produto por hora	83%	65%	92%	63%
Capital físico	-4%	-5%	-2%	-14%
Capital humano	12%	16%	33%	44%
Produtividade	43%	32%	30%	20%

Nota: Cada entrada mostra o atraso de Portugal em relação a outro país numa categoria. Números negativos implicam que Portugal está à frente neste indicador.

O segundo fator, o capital humano, está relacionado com as capacidades dos trabalhadores portugueses. Não é fácil medir estas capacidades. Para a tabela, considere os dois indicadores que são provavelmente mais relevantes. Primeiro, o número médio de anos de escolaridade. Segundo, a rentabilidade de uma hora adicional de trabalho, medida em termos do aumento de salário a que ela conduz. A próxima seção explica os detalhes desta medida. A terceira linha da tabela mostra que o fator capital humano explica uma grande parte do atraso português. Em relação aos outros países, os portugueses trazem poucas competências para o local de trabalho.

O terceiro fator, a que chamei produtividade, seria mais adequadamente chamado "tudo o resto". Ou seja, toda a diferença entre a nossa riqueza e a dos outros países que não foi explicada por todos os outros factores aparece neste termo. Porquê chamar-lhe produtividade? Porque este fator captura a capacidade que temos (ou não) de combinar horas de trabalho, equipamentos e conhecimentos para produzir riqueza. Imagine que existe outro país onde as pessoas trabalham tanto como os portugueses, têm o mesmo capital físico à sua disposição e a mesma educação. Se esse país consegue com estes meios produzir mais do que nós, a diferença vem de ser mais produtivo do que Portugal. Como a tabela mostra, este terceiro factor é tão importante como a falta de capital humano em Portugal.

Chegamos assim ao fim da expedição arqueológica em busca das causas da pobreza portuguesa com algumas respostas. Os portugueses não são mais pobres porque trabalham menos ou porque têm menos capital físico à sua disposição. Antes, somos pobres porque temos pouca educação formal e porque não conseguimos combinar os meios à nossa disposição de uma forma produtiva.

O que falhou na última década?

A tabela 3 usa o mesmo método que as tabelas 1 e 2 para responder quais os factores que contribuíram para a estagnação da economia portuguesa desde 2000. Mais concretamente, num primeiro passo efetuei a mesma decomposição que nas tabelas 1 e 2 mas agora usando os dados para 2007, o último ano antes da recessão global. Depois, subtraí a estes números as entradas correspondentes nas tabelas 1 e 2. Números positivos implicam que, nessa categoria, aumentou a distância que separa Portugal dos seus parceiros.

Tabela 3: O aumento na diferença entre Portugal e os outros países de 2000 a 2007

Indicador	Grécia	Espanha	Alemanha	EUA
PIB real per capita	24%	9%	0%	4%
Produto por hora	34%	2%	-1%	13%
Capital físico	-7%	-2%	-7%	-1%
Capital humano	2%	1%	4%	-3%
Produtividade	24%	2%	4%	9%

Nota: Cada entrada mostra a diferença entre o número correspondente a tabela 2 para 2007 e o número na tabela 2. Números negativos implicam que Portugal ganhou terreno neste indicador.

A primeira linha mostra que perdemos terreno em relação aos nossos parceiros entre 2000 a 2007. A perda é maior em relação à Grécia. Só em relação à Alemanha, que também atravessou uma década terrível, nos mantivemos a par.

Olhando para o produto por hora, na linha seguinte na tabela, vemos que as diferenças são semelhantes às diferenças no produto per capita. Ou seja, não houve uma mudança significativa nas horas que o povo português trabalha em relação a este grupo de países. Em todos eles diminui o número de trabalhadores com o envelhecimento da população, mas Portugal não se distingue neste respeito. A exceção é a Espanha, onde a queda do desemprego e um grande influxo de imigrantes explicam grande parte do seu crescimento económico desde 2000.

Também não foi na acumulação de capital físico que nos distinguimos. Aliás, nesta categoria melhorámos a nossa posição em relação aos nossos parceiros. Estes números talvez sejam uma surpresa tendo em conta a baixa taxa de poupança em Portugal na última década. Menos poupança deveria levar a menos acumulação de capital. Mas, contra este efeito, existiram durante estes 7 anos, outros dois factores. Primeiro, apesar de não pouparem, os portugueses continuaram a investir. Como? Pedindo emprestado ao exterior, o famoso défice externo de 10% do PIB que temos. Segundo, é preciso recordar que o produto mal cresceu durante estes 7 anos. Logo, bastou manter o capital existente para manter a mesma contribuição para o produto.

Claro que, se tivessem trabalhado mais ou investido mais, os portugueses teriam também crescido mais. Os números na tabela mostram antes que, em relação aos nossos parceiros, não deixámos de trabalhar mais do que eles, nem investimos menos em relação à nossa riqueza. O mesmo se aplica ao nosso capital humano. Perdemos algum terreno em relação à Alemanha e à Grécia e ganhámos algum terreno em relação aos EUA. Acima de tudo, apesar de todas as campanhas feitas em volta do investimento na educação, os resultados em termos de aumento dos anos de escolaridade não foram assim tão significativos que permitissem um salto de desenvolvimento.

O grosso da recessão portuguesa do século XXI fica explicado por um decréscimo de produtividade em relação aos outros países. Por outras palavras, enquanto nos outros países houve um normal progresso na capacidade de criar novos produtos e no processo de combinar diferentes capitais em riqueza, em Portugal houve uma total estagnação desde 2000. Daqui se deriva a estagnação da economia portuguesa no período em causa.

Fazer mais com os portugueses: a qualidade da educação.

Como vimos, uma das principais razões para o nosso atraso é a falta de escolarização formal. É chocante que, até há pouco tempo, quatro anos de escola e saber ler e escrever fossem o nível de literacia que a maioria dos portugueses podia esperar. Em 2010, em média, um português passou 7,7 anos na escola, contra os 10,4 anos dos nossos vizinhos espanhóis, e os 12,4 anos dos norte-americanos. Neste critério, Portugal destoa muito dos outros países ocidentais.

Este ensaio está longe de ser o primeiro a apontar este facto. O diagnóstico é há muito conhecido e já há pelo menos 15 anos que governos sucessivos reafirmam a sua paixão pela educação. Mas então porque continuamos com tão grande atraso nos anos de escolaridade?

Não é com certeza por falta de dinheiro. Portugal já gasta, em percentagem do PIB, tanto na educação como os outros países nas tabelas. Também não é por falta de incentivos para os alunos. O prémio por cada ano a mais de escola em termos de aumento médio no salário é enorme em Portugal, dos maiores entre os países desenvolvidos. Talvez seja apenas uma questão de tempo e persistência. Mantendo-se este esforço de forma continuada e criando mais e melhores opções para que as pessoas que abandonaram a escola possam regressar, talvez daqui a uma década consigamos apagar o atraso que a democracia portuguesa herdou.

No entanto, como vimos na secção anterior, os anos de escolaridade não foram o contributo dominante para o atraso português. Em quantidade, Portugal só tem metade dos anos de educação dos americanos ou dois terços da educação dos espanhóis. Mas, em qualidade, a nossa educação vale só um quinto do que vale um ano de escola nos EUA, ou dois quintos do valor acrescentado pelas escolas espanholas.

Aferir a qualidade da educação não é fácil, quanto mais obter os números precisos que acabei de afirmar. Estas estimativas são o culminar de décadas de trabalho de vários economistas nesta área. Resultam de dois passos que vou explicar.

Primeiro, para julgar o valor de um ano extra de escola, olhamos para grupos de indivíduos a trabalhar no mesmo país, idênticos numa série de características que podemos observar, como a idade, o sexo ou os anos de experiência no emprego. Comparamos então o salário médio de quem tem x anos de escolaridade com quem tem $x+1$. O aumento de rendimento pessoal reflete o aumento na riqueza produzida pelo indivíduo. Se este aumento

reflete também o contributo extra da pessoa para a riqueza geral do país, então temos aqui uma medida da riqueza extra no país por cada ano extra de escolaridade.

É importante fazer um parêntesis para realçar que qualidade neste contexto se refere apenas à geração de riqueza. Não é minha intenção menosprezar o impacto que a educação tem na cultura, no civismo, ou mesmo na felicidade dos alunos. O tópico deste ensaio é a riqueza do país, e apenas isso.

Se pararmos por aqui, enfrentamos um obstáculo. Para comparar o rendimento obtido em diferentes países é preciso ter em conta que eles têm mercados de trabalho diferentes. Um bom exemplo é o enorme retorno que um ano extra de escolaridade produz em Portugal, mesmo em comparação com os EUA. Em parte, talvez seja o resultado de uma melhor qualidade do ensino em Portugal. Mais plausível, este retorno reflete a enorme escassez de mão-de-obra qualificada no nosso país. O retorno alto não está a recompensar passar um ano a mais nas escolas portuguesas. Está sim a recompensar ter mais um ano de qualificações no mercado de trabalho português.

Para evitar este problema é preciso dar um segundo passo e olhar para o retorno de um ano de educação no mesmo mercado de trabalho. Um bom tubo de ensaio é o mercado americano. Os EUA têm a vantagem de ter imigrantes de todo o mundo, assim como bons dados acerca dos seus rendimentos e nível de escolaridade. A sugestão é por isso usar os imigrantes a residir nos EUA para medir o aumento de rendimentos nos EUA por ter mais um ano de escola nos seus países de origem.

Um receio com esta estratégia é que pode haver algo de especial no mercado de trabalho americano que desconhecemos e enviese os dados. Por exemplo, talvez um ano a mais de escolaridade no Reino Unido tenha um valor especial nos EUA devido a semelhanças no sistema de educação, sem que a elas corresponda uma capacidade de produção de riqueza efetiva quando fora do contexto especial dos EUA. É preciso, por isso, encontrar outro mercado de trabalho para validar os resultados. O Canadá oferece uma alternativa: também tem muitos imigrantes oriundos do mundo inteiro, e o seu mercado de trabalho é bem diferente do americano.

Considerando estes dois mercados de trabalho, um estudo recente do economista Todd Schoellman calculou a qualidade dos anos de ensino em diferentes países. O imigrante português

ganha 2% mais nos EUA por cada ano extra de escola portuguesa. O imigrante grego auferiu mais 4,1%, enquanto o espanhol tem um ano de escola em Espanha recompensado com 4,8% mais rendimento. Os alemães ganham 8,3% mais por ano escolar.

Ou seja, a qualidade da nossa escola é muito, mas mesmo muito, inferior à dos nossos parceiros. Os portugueses não estão a adquirir as competências na escola que levam a maior criação de riqueza. Em grande parte, Portugal é pobre por causa deste fracasso.

Este ensaio não é o primeiro a preocupar-se com a qualidade da educação em Portugal. Sempre que se realiza mais um teste internacional de conhecimento, os resultados dos alunos portugueses são desoladores e já há bons livros sobre o assunto, como o recente “Difícil é educá-los” de David Justino. O ponto que tentei realçar é que o presente e futuro da economia portuguesa não são decididos no Ministério das Finanças ou da Economia, mas antes no Ministério da Educação. Quer na definição das prioridades, quer no concreto das políticas implementadas, não parece ser esta a percepção que vem da política educativa em Portugal, disparidade bem ilustrada no livro de Nuno Crato, "O Eduquês em Discurso Directo."

Uma solução para pôr Portugal a crescer é por isso tão simples quanto difícil: pôr os portugueses a aprender. Sobretudo, não basta pôr os portugueses na escola. Mais difícil mas também mais importante, a escola tem de melhorar muito, e a sociedade em geral tem de contribuir para isto. É preciso fazer mais com os portugueses quando estes se sentam na sala de aulas.

Fazer mais com os portugueses: gestão

Para além da falta de anos e qualidade na educação, vimos que a principal barreira ao desenvolvimento português é a falta de produtividade. Existem muitos factores que podem tornar um país mais produtivo. Por onde começar? Felizmente, tal como os dados da secção anterior apontavam para a qualidade como a principal barreira na educação, também no que diz respeito à produtividade, a claridade dos dados pode levar-nos longe.

Dois investigadores ingleses, Nick Bloom e John Van Reenen, dedicaram os últimos anos a um projeto original: medir as práticas de gestão à volta do mundo. Basta entrar em qualquer

livraria para encontrar dezenas de livros sobre gestão. Quase todos são muito maus, em parte porque se preocupam mais em dar conselhos avulsos do que em procurar dados que confirmem ou rejeitem as suas hipóteses, e porque lhes falta a boa dose de cepticismo que é exigida em qualquer investigação mais séria. Entre os bons livros, uma limitação difícil de ultrapassar é a falta de dados comparáveis. É preciso investir algum tempo para aferir as práticas de gestão numa empresa individual, pelo que a maioria dos estudos se concentram em poucas empresas e não cobrem o país todo. Quando chegamos às comparações internacionais, então praticamente não existem dados fiáveis.

Estes dois investigadores decidiram enfrentar este problema sem rodeios. Eles redigiram um questionário rigoroso, mas simples, sobre as práticas de gestão numa empresa, que podia ser implementado por telefone e deixava algum espaço livre para explorar as respostas. As perguntas avaliavam a capacidade da empresa de gerir informação interna, fixar metas, dar incentivos e recompensar os trabalhadores com base no mérito e no desempenho.

Para executar o questionário, os investigadores recrutaram uma vasta equipa de dezenas de alunos de MBA que conjugavam duas qualidades importantes: a energia para ser persistente nos inquéritos, e alguns conhecimentos de gestão que lhes permitiam interpretar as respostas e reagir adequadamente a elas durante a entrevista. Muito importante, os entrevistadores não sabiam a performance ou sucesso da firma, e os gestores não sabiam os critérios pelos quais estavam a ser julgados.

Por fim, os investigadores conseguiram o patrocínio dos institutos de estatística e bancos centrais nacionais, assim como do Banco Central Europeu. Começando com uma amostra numerosa de empresas com mais de 100 empregados e menos de 5000, estes apoios permitiram-lhes persuadir os entrevistados a perderem uma hora do seu tempo a responder às perguntas.

Este processo exaustivo levou a mais de 8000 entrevistas em 17 países diferentes. Felizmente, Portugal foi um deles pelo que podemos, pela primeira vez, avaliar a qualidade das nossas práticas de gestão em comparação com outros países. Talvez não surpreenda muita gente que a qualidade da nossa gestão é má. Mas a surpresa está em saber quão má ela é. As práticas de gestão portuguesas estão abaixo das mexicanas ou polacas. Aliás, só estão acima das brasileiras e das gregas.

Olhando para as categorias individuais, portugueses dão-se pior nos recursos humanos. Deste estudo fica a impressão que, comparado com outros países, praticamente não existem bons incentivos no local de trabalho em Portugal. Recompensar os melhores funcionários e castigar os piores, incluindo despedi-los, são atos invulgares na indústria portuguesa. De uma perspectiva diferente, os gestores portugueses não são capazes de "consertar" pessoas, ou seja recuperar membros improdutivos das suas equipas e elevar o seu desempenho.

Bloom e van Reenen também confirmam que esta má gestão tem efeitos reais. Alinhando as empresas por ordem da sua nota na avaliação da gestão, ou ordenando-as antes em termos da sua produção por hora, leva praticamente ao mesmo alinhamento. As empresas com má gestão são as pouco produtivas, enquanto que as que têm boas práticas são as mais competitivas. Isto é verdade quer considerando só as empresas em Portugal, quer misturando as empresas de diferentes países.

Uma outra pista que aponta para a má gestão vem da observação do desempenho das multinacionais americanas. Mesmo num país onde as práticas de gestão nas empresas à sua volta são muito más, a multinacional consegue implementar uma boa gestão e ser muito mais produtiva do que as empresas nacionais. Não há nada de inato ou cultural que torna os habitantes locais ineficientes. São, simplesmente, mal geridos.

O que fazer acerca desta problema? Ao contrário dos problemas na educação, a tentação de culpar governos e políticos tem de ser contida neste caso. Afinal, a pior resposta a este problema seria ver o Estado interferir na forma como as empresas são geridas. Não só os agentes do Estado não são especialistas em gestão, como também é na implementação à realidade de cada empresa que está normalmente o segredo, e é nestes micro-detalhes que a intervenção pública usualmente resulta pior.

Tal como no caso da educação, a resposta tem de vir necessariamente da sociedade como um todo. Uma parte imprescindível passa pela reforma profunda do código do trabalho e do sistema de justiça que, por vezes, parecem desenhados para sabotar o normal funcionamento das empresas e os seus sistemas naturais de sancionamento de funcionários. No entanto, são tantas as razões para mudar de alto a baixo o nosso sistema de justiça, e tantas as vozes que o dizem há tempo sem que nada, nunca, de substancial seja feito, que é difícil estar optimista.

Felizmente, os dados apontam para uma alternativa mais exequível. Olhando não apenas para a média das práticas de gestão, mas para toda a distribuição, salta à vista que há uma enorme dispersão nas práticas de gestão. Algumas empresas portuguesas são tão bem (ou mesmo melhor) geridas do que empresas equivalentes noutros países. A maior parte da diferença entre Portugal e outros países está antes no fundo da distribuição. Ou seja, não é que o topo 25% das empresas em Portugal seja gerido de uma forma assim tão diferente das suas congéneres noutros países. Antes, são as empresas no fundo da distribuição que, não só são mal geridas, mas são muito piores do que as piores empresas nos outros países.

Estes factos sugerem uma saída para o problema: deixar a concorrência fazer o seu trabalho. As empresas mal geridas são também empresas pouco produtivas. Se o mercado funcionasse, elas deveriam ir à falência abrindo o caminho para empresas mais eficientes. Aliás, nem é preciso que estas más empresas vão à falência. Basta a ameaça de isso acontecer para lhes dar os incentivos para melhorar a sua gestão.

Há muitas formas de aumentar a concorrência em Portugal. Reforçar os poderes da Autoridade da Concorrência é um dos mais óbvios. (Embora, isso passe novamente por um sistema judicial mais célere e eficaz.) Reduzir os custos e tempo necessário para abrir empresas e obter as licenças necessárias é outro. Uma terceira medida passa por limitar a intervenção do ministério da economia na “salvação” de empresas: removendo o risco de falência remove-se o incentivo para uma boa gestão. O desemprego que resulta do encerramento de uma fábrica é doloroso no curto prazo, mas a longo prazo é mais custoso continuarmos pobres numa economia recheada de maus gestores. E, por fim, é preciso ter coragem para lutar no dia a dia contra os grupos de interesse.

Se Portugal é pobre por ser pouco produtivo, a raiz deste problema está na má gestão das empresas portuguesas. Uma solução é melhorar a qualidade dos nossos gestores. Esta solução vem aliada com o enfãse na educação na secção anterior. Uma maior qualidade de ensino produzirá também melhores gestores. Mas, para isso, é preciso também que estes melhores gestores possam competir, em termos justos, com os maus gestores instalados.

Conclusão

Não há soluções fáceis para os problemas económicos do país. Estagnar durante dez anos não é resultado de problemas em apenas uma indústria específica, de uma qualquer política errada, ou de um azar aqui ou ali. São conhecidos há muito anos os problemas estruturais do país, que passam pela justiça, pelo mercado de trabalho, e pelo excessivo peso do Estado.

A contribuição deste ensaio foi tentar quantificar quais são as causas próximas do atraso português e da estagnação no século XXI. Os dados apontam para as deficiências na educação, com especial ênfase para a baixa qualidade das escolas, e para a falta de produtividade dos portugueses, notando em particular as fracas práticas de gestão. Os portugueses trabalham muito e investiram no passado o suficiente para ter os equipamentos necessários, mas falta-lhes competências para produzir mais riqueza com estes meios.

É preciso, por isso, fazer mais com o que já temos. Como? Este ensaio aponta duas prioridades. Primeiro, melhorar a qualidade do que é ensinado nas escolas. Não basta tentar aumentar os anos que os portugueses passam na escola. Tão ou mais importante é fazer mais durante esses anos. Segundo, melhorar a qualidade da gestão em Portugal, para que nas empresas, os portugueses possam ver o seu esforço melhor organizado e recompensado. Temos de fazer mais com as muitas horas passadas no local de trabalho. Ou seja, numa frase, é preciso fazer mais com os portugueses.

Apêndice

Designando o PIB total de um país por Y , em unidades PPP, a premissa por trás dos cálculos nas tabelas é que existe uma função de produção agregada: $Y = AK^\alpha(hL)^{1-\alpha}$. As variáveis são: A , produtividade, K capital físico, h capital humano, L horas de trabalho, N número de trabalhadores, P população e y produto por hora. O parâmetro α é igual a 1/3. A decomposição na tabela 1 é:

$$\frac{Y}{P} = y \times \left(\frac{L}{N}\right) \times \left(\frac{N}{P}\right).$$

A decomposição na tabela 2 é:

$$y = \left(\frac{K}{Y}\right)^{\alpha/(1-\alpha)} \times h \times A^{1/(1-\alpha)}.$$

Para mais explicações sobre esta metodologia, ver o trabalho recente de Hsieh e Klenow. Por fim, o capital humano é construído usando a expressão:

$$h = \exp (0.5\sqrt{S \times w}).$$

Nesta expressão, S são os anos médios de escolaridade na população com mais de 25 anos, e w é o retorno de um ano a mais de escolaridade, como explicado no texto.

Os dados vêm das bases: Penn World Tables, Barro-Lee, e AMECO.

Referências

Hsieh, Chang-Tai e Peter J. Klenow (2010). “Development Accounting.” *American Economic Journal: Macroeconomics*, 2, 207-223.

Schoellman, Todd (2010). “Education Quality and Development Accounting.” Arizona State University, unpublished manuscript.

Bloom, Nick S. and John Van Reenen (2010). “Human resource management and productivity.” In: Ashenfelter, Orley and Card, David, (eds.) *Handbook of labor economics*. Elsevier.